



<b>Processo:</b>	<b>1000075194/2018/2018</b>
<b>Interessado:</b>	<b>CONSTRUTORA PLATINUM</b>
<b>Assunto:</b>	<b>AUTO DE INFRAÇÃO</b>
<b>DATA</b>	<b>12 de setembro de 2019</b>

**TERMO DE DESIGNAÇÃO DE RELATOR**

O Coordenador (a) da Comissão de Exercício Profissional, Ensino e Formação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, designa o (a) Conselheiro (a) ADRIANA HILWCASCHER relator (a) do presente processo.

Goiânia, 12 de setembro de 2019.

**Coordenador (a) da Comissão de Exercício, Ensino e Formação  
Profissional**



Processo:	1000075194/2018/2018
Interessado:	CONSTRUTORA PLATINUM
Assunto:	AUTO DE INFRAÇÃO
DATA	12 de setembro de 2019

## RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de processo de auto de infração n.º 1000075194/2018 instaurado em desfavor de CONSTRUTORA PLATINUM por infração ao disposto no artigo 7º da Lei 12378/2010, o que atrai as penalidades previstas no artigo 35, incisos XI e XII da Resolução n. 22 do CAU/BR. Consta que a pessoa jurídica manteve registro ativo no CAU/GO porém, sem responsável técnico. Iniciado o processo de fiscalização, a autuada foi preventivamente notificada através de edital. Após o prazo de regularização, foi lavrado auto de infração, do que a parte teve regular ciência. No suficiente é o relatório, passo ao voto.

Toda pessoa jurídica registrada no Conselho de Arquitetura e Urbanismo deve manter profissional regularmente habilitado como responsável técnico.

Se a pessoa jurídica desempenha atividades privativas de arquiteto e urbanista ou compartilhadas com outras profissões regulamentadas deve manter, em seus quadros, responsável técnico, sob pena de se verificar o exercício ilegal da profissão. É o quanto se extrai do artigo 7º da Lei 12378/2010.

O registro ativo no Conselho de Arquitetura e Urbanismo sem indicação de responsável técnico atrai as penalidades previstas no artigo 35, inciso XII da Resolução n. 22 do CAU/BR.

Assim, se a autuada possui registro ativo neste Conselho – voluntariamente solicitado, não possuindo responsável técnico, praticou, de fato, a infração administrativa apontada pelo analista fiscal.

Voto, pois, pela **manutenção do auto de infração lavrado**, em seus integrais termos e valores, nos moldes do artigo 19 da Resolução n. 22 do CAU/BR.

Atento aos vetores de orientação para fixação da penalidade, previstas no artigo 36 da Resolução n. 22 tenho que:

- a) a pessoa jurídica não possui antecedentes;
- b) a situação econômica é ignorada;
- c) a gravidade da infração é ordinária;
- d) não houve consequências conhecidas capazes de merecer valoração extraordinária;
- e) não houve regularização.

O preceito secundário do artigo 35, XII da Resolução n. 22 estabelece multa entre 5 e 10 vezes o valor vigente da anuidade. Fixo a multa, pois, em **6 VEZES O VALOR VIGENTE DA ANUIDADE, ou R\$ 3.316,68 (três mil trezentos e dezesseis reais e sessenta e oito centavos).**

É como voto.

  
**CONSELHEIRO RELATOR**

Comissão de Ensino, Exercício e Formação Profissional





<b>Processo:</b>	<b>1000075194/2018/2018</b>
<b>Interessado:</b>	<b>CONSTRUTORA PLATINUM</b>
<b>Assunto:</b>	<b>AUTO DE INFRAÇÃO</b>
<b>DATA</b>	<b>12 de setembro de 2019</b>

## FORMULÁRIO DE VOTAÇÃO

Após apreciação do relato exarado pelo Sr. (a) Conselheiro (a) Relator (a), referente ao processo supracitado, fica deliberado conforme segue a votação dos membros desta Comissão de Ensino, Exercício e Formação Profissional:

<b>Conselheiro Titular / Suplente</b>	<b>Assinatura</b>	<b>Voto (favorável / contra / abstenção)</b>
Paulo Renato de Moraes Alves (coordenador)		
Luciano Mendes Caixeta (Coordenador Adjunto)		
Manoel Alves Carrijo Filho (suplente)		
Frederico André Rabelo (titular)		
Ana Carolina de Farias (suplente)		
Maria Ester de Souza (titular)		
Adriana Mikualeschek (suplente)		



<b>Processo:</b>	<b>1000075194/2018/2018</b>
<b>Interessado:</b>	<b>CONSTRUTORA PLATINUM</b>
<b>Assunto:</b>	<b>AUTO DE INFRAÇÃO</b>
<b>DELIBERAÇÃO N.º 94/2019 - CEEFP/GO</b>	

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás – CAU/GO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 33 e art. 34 da Lei 12378, de 31 de dezembro de 2010, e o Regimento Interno do CAU/GO,

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução n.º 22 do CAU/BR, em seus artigos 19 e seguintes, quanto à competência da Comissão de Ensino, Exercício e Formação Profissional do CAU/GO para apreciação de recurso nos processos de fiscalização.

CONSIDERANDO a emissão de relatório e parecer pelo Conselheiro Relator.

CONSIDERANDO a votação conforme folha anexa a esta Deliberação.

**DELIBEROU:**

1 – Pela APROVAÇÃO do voto do Conselheiro Relator, nos termos do artigo 19 da Resolução n. 22 do CAU/BR.

2 – Fica a autuada notificada para que a pague a multa fixada nesta deliberação ou, querendo, recorra ao Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás no prazo improrrogável de TRINTA DIAS CORRIDOS contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento desta deliberação.

3 – Ao fim do prazo, sem pagamento da multa e sem interposição de recurso, remeta-se o processo à Assessoria Jurídica para cobrança e, sendo o caso, ajuizamento de execução fiscal.

Goiânia, 12 de setembro de 2019.

PAULO RENATO DE MORAES ALVES

Coordenador da Comissão de Exercício, Ensino e Formação Profissional

LUCIANO MENDES CAIXETA

Coordenador Adjunto

MANOEL ALVES CARRIJO FILHO

Membro Suplente

FREDERICO A. RABELO

FREDERICO ANDRÉ RABELO

Membro Titular

ANA CAROLINA DE FARIAS

Membro Suplente

MARIA ESTER DE SOUZA

Membro titular

ADRIANA MIKUALESCHKE

Membro suplente